

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Cresce número de municípios com receita ‘bilionária’	2
Título: Receita atípica bate recorde neste ano	3
Título: Destaques	6
Título: Petrobras ganha R\$ 24 bi com MP trabalhista	6
Título: BNDES vai esperar IPO da Saudi Aramco antes de decidir sobre Petrobras	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: » Trocas.....	10
Título: Novo round?	11
VEÍCULO: O Globo.....	11
Título: O esforço de fato e a promessa irreal.....	11
Título: Sem ação.....	13
Título: Witzel apoia Doria.....	16

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/11/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Carro — Do Rio****Título: Cresce número de municípios com receita 'bilionária'**

Apesar do desempenho morno da economia brasileira, o número de municípios "bilionários" no país aumentou em 2018. Passou de 77, em 2017, para 87 no ano passado, de acordo com levantamento do Observatório de Informações Municipais (OIM), que levou em consideração as prefeituras com receita orçamentária anual acima de R\$ 1 bilhão. O avanço foi impulsionado em parte pela expansão dos recursos provenientes de royalties e participação especial. E, também, pelo crescimento no volume de transferências governamentais.

Considerando o conjunto de todos os municípios brasileiros, as receitas orçamentárias das prefeituras cresceram 9,66% no período, muito acima portanto da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo em 2018 (3,86%).

"As transferências - seja as constitucionais, seja as voluntárias - cresceram 9,89% [na comparação anual]. As [receitas] tributárias cresceram 21,42%", detalha o economista François Bremaeker, gestor do OIM. "Como a participação das receitas tributárias é de apenas 19,07% na composição das receitas municipais, não pesou mais significativamente no avanço."

Os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), por exemplo, aumentaram 8,11% em termos nominais no ano passado, na esteira da ampliação na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ambos de competência federal.

Previsivelmente, a relação das dez prefeituras com maior receita orçamentária no país é encabeçada por municípios de grande porte. São Paulo aparece no topo da lista, com R\$ 57,3 bilhões em recursos orçamentários, seguido por Rio de Janeiro (R\$ 28,6 bilhões), Belo Horizonte (R\$ 10,9 bilhões) e Curitiba (R\$ 9,1 bilhões).

Já quando se trata da receita orçamentária per capita (dividida pela população) há uma tendência de queda à medida em que aumenta o porte demográfico da cidade, explica Bremaeker. Com um total estimado de 106,7 mil habitantes no ano passado, Paulínia (SP) registrou montante de pouco mais de R\$ 15 mil por habitante, beneficiado pela presença no município da maior refinaria da Petrobras em termos de capacidade de processamento de petróleo. O valor per capita é mais de duas vezes superior ao registrado por São Paulo (R\$ 4.712,50).

Em segundo no ranking pelo critério de receita orçamentária per capita está Maricá (RJ), com um valor de R\$ 13,1 mil por habitante. A cidade fluminense é a que mais recebe recursos provenientes da produção do petróleo no país. “A extração do petróleo migrou do norte do Estado do Rio de Janeiro para a baixada litorânea e a região metropolitana”, sustenta Mauro Osorio, economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A importância crescente das reservas petrolíferas na área do pré-sal justifica também a presença de Niterói (RJ), Angra dos Reis (RJ) e Praia Grande (SP) na lista das 20 cidades com maior receita orçamentária per capita. “Com a exploração do pré-sal, a tendência é de aumento no volume de petróleo [produzido no país]”, diz José Luis Vianna, professor dos cursos de mestrado e doutorado em planejamento regional e gestão das cidades da Universidade Candido Mendes (UCM).

Depois de um período de baixa nas cotações internacionais do petróleo, entre 2014 e 2016, houve recuperação significativa nos preços da commodity nos últimos dois anos, lembra Vianna. A subida nos preços em 2017 e 2018 influenciou diretamente no volume de royalties e participação especial pagas às prefeituras, acrescenta o especialista no tema.

Embora com orçamentos bilionários, os municípios listados no estudo apresentam disparidades evidentes quando analisados pela ótica de um indicador social como o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Situada na Baixada Fluminense, Duque de Caxias (RJ) - por exemplo - tem receita orçamentária per capita mais de duas vezes e meia superior à de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio. No entanto, esta última ocupava a 795ª colocação no ranking do IDHM de 2010, muito à frente da 1.574ª posição de Caxias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira

Título: Receita atípica bate recorde neste ano

A União vai registrar, neste ano, um novo recorde. A receita atípica ou não recorrente (aquela que não se repete nos anos seguintes) será a maior da história e ficará próxima de R\$ 100 bilhões. A arrecadação obtida com os leilões de petróleo, principalmente, salvou o governo mais uma vez, compensando

com sobras a queda da receita com tributos em relação ao que estava previsto no Orçamento.

Mesmo com toda a arrecadação extra, o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) deverá fechar um ano com déficit primário pouco abaixo de R\$ 80 bilhões, de acordo com previsão do ministro da Economia, Paulo Guedes. Isso corresponde a mais de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), o que é um “buraco” considerável, mostrando que um superávit primário, mesmo que pequeno, ainda está longe de ser obtido.

Os leilões de petróleo salvaram o governo mais uma vez

A receita atípica recorde ajudou o governo não só a melhorar o resultado primário deste ano, como também permitiu descontingenciamento das dotações orçamentárias, que estava sufocando os ministérios. Neste ano, o corte de verbas foi provocado pela frustração das receitas tributárias, e não pelo teto de gastos. Assim, as receitas não recorrentes ajudaram o governo a sair do aperto.

Somente a receita que será obtida pela União com as concessões atingirá R\$ 92,6 bilhões neste ano, de acordo com o relatório extemporâneo de avaliação de receitas e despesas de novembro, divulgado na semana passada. Deste total, R\$ 83,9 bilhões foram obtidos com os leilões do excedente de petróleo dos campos da cessão onerosa, com a 16ª rodada de concessões e com a 6ª rodada de partilha de produção. Mesmo com a frustração que houve com o leilão da cessão onerosa.

É importante observar que este será o maior valor anual obtido com a concessão de serviço público já registrado pelo Tesouro Nacional. Em 2014, por exemplo, a receita com este item foi de apenas R\$ 7,9 bilhões. No ano passado, ela ficou em R\$ 21,9 bilhões. Se o valor de R\$ 92,6 bilhões previsto para este ano se confirmar, será um pouco mais de quatro vezes a cifra obtida em 2018 (*ver gráfico abaixo*).

O resultado primário só não será melhor porque o governo federal vai usar parte do que arrecadou com o leilão do excedente de petróleo da cessão onerosa para compensar a Petrobras, no âmbito do acordo que fez com a empresa em 2010. Além disso, decidiu destinar 33% do valor líquido obtido (depois de descontado o pagamento à Petrobras) para Estados e municípios. A União ficará com R\$ 23,7 bilhões.

Houve receita atípica expressiva também nos tributos federais. De janeiro a setembro (o dado de outubro será divulgado nos próximos dias), a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) registrou pagamentos atípicos de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de R\$ 13 bilhões.

Em fevereiro, os recolhimentos extraordinários por diversas empresas totalizaram R\$ 4,6 bilhões, de acordo com dados da SRFB. Em julho, o valor foi de R\$ 3,2 bilhões e de R\$ 5,2 bilhões em agosto. A SRF não revelou as razões desses pagamentos atípicos.

O fato é que, sem a receita atípica do IRPJ/CSLL, provavelmente não haveria crescimento real da arrecadação dos tributos administrados pela Receita Federal neste ano ou ele seria muito pequeno. Considerando a receita dos programas de regularização tributária e os parcelamentos de dívida, a receita não recorrente neste ano foi R\$ 4 bilhões superior à registrada em 2018 até agora.

No montante das receitas não recorrentes, não foi considerada a arrecadação com dividendos das empresas estatais federais repassados ao Tesouro. Neste ano, o governo mudou a política de dividendos dos bancos estatais (Caixa e BNDES), aumentando o percentual do lucro a ser distribuído e a periodicidade. Com isso, a previsão da receita com dividendos passou de R\$ 7,5 bilhões na lei orçamentária para R\$ 16 bilhões no relatório de avaliação de receita e despesas do quarto bimestre. Em 2018, a receita foi de R\$ 7,7 bilhões.

O governo conseguiu, até agora, segurar o crescimento das despesas da União. De janeiro a setembro (último dado disponível), a despesa primária total (não considera o pagamento dos juros das dívidas) caiu 1,1%, em termos reais, na comparação com o mesmo período de 2018, mesmo com o aumento real dos gastos com benefícios previdenciários, com benefícios de prestação continuada e com pessoal. Infelizmente, os investimentos continuaram sendo cortados.

Por causa do elevado montante da receita atípica, o resultado primário deste ano não é um bom indicador para avaliar a situação fiscal da União.

Orçamento 2020

A discussão no Congresso Nacional em torno do Orçamento de 2020 está paralisada à espera do envio, pelo governo, de uma mensagem modificativa da proposta inicial. O Ministério da Economia chegou a informar que ela seria

divulgada na segunda-feira, mas o anúncio foi cancelado sem maiores explicações. “Sem a mensagem, não consigo fazer o meu parecer”, disse ao **Valor** o relator da proposta, deputado Domingos Neto (PSD-CE). Não há prazo para o envio e o Congresso deverá encerrar os seus trabalhos até o dia 20 de dezembro.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/11/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Consumo de aço cai

O consumo aparente de aço no país caiu 2,6% de janeiro a outubro deste ano, chegando a 17,40 milhões de toneladas, segundo o Instituto Aço Brasil. No mesmo período de 2018 foram consumidos 17,86 milhões de toneladas. A estimativa da entidade era de crescimento de 2,1% no consumo aparente em 2019. Em outubro o consumo aparente de aço apresentou alta de 1,5%, passando de 1,77 milhão de tonelada em 2018 para 1,80 milhão de tonelada no décimo mês do ano. No acumulado de 2018, o consumo aparente de aços longos chegou a 10,33 milhões de toneladas, queda de 2,6%. Em outubro, foram consumidos 1,08 milhão, alta de 1%. Já o consumo de aços longos recuou 2,5%, de janeiro a outubro, para 7,07 milhões de toneladas. No mês passado, o aumento nesse segmento foi de 2,3%, chegando a 721 mil toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Edna Simão — De Brasília

Título: Petrobras ganha R\$ 24 bi com MP trabalhista

Em cinco anos, a Petrobras pode ter redução de R\$ 24,1 bilhões no estoque de sua dívida trabalhista caso a mudança no índice de correção desse tipo de débito, proposta pelo governo por meio da Medida Provisória (MP) nº 905, que criou um programa de estímulo a criação de empregos para jovens e trouxe

uma minirreforma das leis trabalhistas, seja aprovada. Com isso, as provisões do balanço da empresa serão reduzidas.

Nas notas explicativas do resultado do terceiro trimestre, divulgado no fim de outubro, a Petrobras informou ter provisionado R\$ 3,6 bilhões relativos a processos trabalhistas. A companhia explicou que essas provisões são em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais possa ser realizada uma estimativa confiável. A empresa, porém, também relatou ter passivos contingentes relativos a processos trabalhistas não provisionados de R\$ 37,6 bilhões. A explicação da companhia para não ter provisionado esses valores é que a probabilidade de perda é considerada possível.

Dentre as empresas estatais, a petroleira será a mais beneficiada com a troca do índice de reajuste dos débitos trabalhistas de IPCA-E + 12% ao ano (aproximadamente 16% ao ano) por IPCA+E juros da poupança (cerca de 7,85% ao ano). Pela regra atual, a dívida com ações trabalhistas da Petrobras atingiria R\$ 79 bilhões em cinco anos, segundo dados repassados ao **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**, pelo Ministério da Economia com base nas demonstrações financeiras das empresas. Com o novo índice, no entanto, esse débito será, pelas estimativas da equipe econômica, de R\$ 54,9 bilhões.

Levantamento do Ministério da Economia mostra ainda que a segunda empresa mais beneficiada em cinco anos com a medida será a Elebrobras, companhia que o governo quer privatizar no próximo ano. A proposta de Lei Orçamentária Anual de 2020, enviada pelo governo ao Congresso no fim de agosto, prevê receita de R\$ 16,2 bilhões com a descotização da Eletrobras. O estoque de dívidas trabalhistas da companhia está calculado em R\$ 7 bilhões e, pelas regras atuais, o valor mais que dobraria em cinco anos (R\$ 14,7 bilhões). Com as mudança, a estimativa é que esse débito seja de R\$ 10,2 bilhões.

Os bancos públicos como Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também terão redução de seus débitos. O estoque de passivo de débitos trabalhistas de todas estatais soma R\$ 58,8 bilhões. Com o índice atual, em cinco anos, esse valor crescerá em mais R\$ 64,7 bilhões para R\$ 123,4 bilhões. A alteração reduz o crescimento do custo para R\$ 27 bilhões, gerando economia de R\$ 37 bilhões em cinco anos. As premissas utilizadas pelo governo para o cálculo foi que a Taxa de Referência (TR) será igual a zero nos cinco anos e o IPCAE de 4%.

Na semana passada, quando o governo anunciou a MP 905, informou que o índice foi alterado para se ajustar na nova realidade de juros no menor patamar da história. A taxa Selic está em 5% ao ano. Segundo dados do Ministério da Economia, em 2018, foram pagos R\$ 30,2 bilhões na Justiça do Trabalho. Ainda há um estoque de R\$ 120,8 bilhões (prazo médio de 4 anos considerando as três instâncias). O ministério informou ainda que entre os 200 maiores litigantes constam 10 estados e 13 municípios.

Segundo fonte ouvida pelo **Valor Pro**, a medida vai reduzir as provisões das empresas, não só estatais como privadas, e possibilitará melhor resultado nos balanços apresentados. Ou seja, poderá abrir espaço para, por exemplo, aumentar investimentos ou pagar mais dividendos. Não há um balanço sobre qual poderia ser o impacto no setor privado. Os valores dos débitos, conforme a MP 905, devem ser atualizados anualmente em 1º de fevereiro. Apesar de não ser o objetivo, conforme o técnico, a medida deixa uma companhia como Eletrobras, por exemplo, mais atrativa para o processo de venda. No início de 2020, o governo vai concentrar esforços para a aprovação de Projeto de Lei que viabiliza a venda da empresa.

O advogado Daniel Chiode classificou a medida do governo como adequada. Ele destaca que hoje as taxas de juros, aplicadas no mercado, estão bem abaixo dos 16% ao ano, aproximadamente, utilizados na correção dos débitos trabalhistas. Esse patamar do índice de correção desestimulava as empresas a recorrerem de ações judiciais, mesmo quando tinham alguma chance de ganhar, porque as decisões sobre o assunto estavam considerando apenas o tempo que poderia levar a tramitação da matéria no judiciário. Isso porque, deixar o dinheiro provisionado sendo corrigido a 16% ao ano, não é um bom negócio para a companhia.

Na avaliação do advogado, esse comportamento agora deve mudar. “A provisão tem um impacto absurdo no balanço de uma empresa. O que se retira de provisionamento pode ser direcionado para investimento, pagamento de dividendos e melhora do resultado operacional, por exemplo”, explicou o advogado do escritório Chiode Minicucci Advogados. **(Colaborou Rodrigo Polito, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/11/2019****Seção: Finanças****Autor: Patrick Brock — De Nova York, para o Valor****Título: BNDES vai esperar IPO da Saudi Aramco antes de decidir sobre Petrobras**

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, disse a investidores em Nova York que vai esperar a reação do mercado à oferta pública inicial (IPO) da Saudi Aramco antes de decidir como proceder com a participação do banco na Petrobras. Ele não quis comentar o cronograma de vendas da carteira da BNDESPar nem a venda de ações da JBS, citando restrições legais e regulatórias.

Montezano também chamou o último leilão do pré-sal de “desastre” e afirmou que é preciso rever o formato dos leilões da cessão onerosa e da partilha de produção o “mais rápido possível”, mas sem dar mais detalhes.

Em relação à devolução de recursos para o Tesouro Nacional, o executivo acredita que é possível para o BNDES pagar mais R\$ 200 bilhões até o final do atual governo. O executivo discursou por volta de 20 minutos a executivos reunidos para a nona edição do CEO Forum do Bradesco BBI. Discorreu principalmente sobre o já anunciado plano de mudar o foco do BNDES para o papel social em vez de geração de dividendos e competição com bancos privados na concessão de crédito.

“Em termos de alocação de capital, cada vez mais vamos nos distanciar de sermos o agente primário, rumo ao papel de facilitador dos fluxos financeiros”, disse Montezano. Ele salientou também a preocupação crescente dos investidores com questões sociais e ambientais e como isso é benéfico para bancos de desenvolvimento, como o BNDES, gerando demanda.

Depois, Montezano passou cerca de meia hora respondendo a perguntas dos investidores, muitas delas sobre os planos do banco para a carteira da BNDESPar. Ele disse que o banco vai adotar métricas “mais razoáveis” para o preço justo quando decidir sobre desinvestimentos, além do fluxo de caixa descontado que já empregava. De toda forma, o banco pretende adotar uma abordagem caso a caso para cada uma das participações a serem vendidas. “Não podemos enfrentar a carteira inteira do mesmo jeito.”

Ele ressaltou que o BNDES tem quatro formas de vender participações: pela mesa de operações, gradualmente; em bloco; por meio de ofertas; e por operação privada - a última é a mais demorada.

Questionado depois se o banco pensa em fazer alguma operação a mais este ano, além da JBS, Montezano disse que “se houver janela, pode acontecer neste ano ou não.” Mesmo assim, ele considera que uma janela se abriu com condições mais favoráveis no Brasil, o que levou à decisão de seguir adiante com a venda de ações da JBS. Dependendo de como o mercado reagir, disse ele, o BNDES também pode desacelerar o processo, disse Montezano.

Ele não quis comentar o valor que pode ser levantado com a venda das ações da JBS, anunciada esta semana, citando preocupações legais e regulatórias. Inicialmente foi cogitado que a operação renderia R\$ 4,6 bilhões, mas o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Salim Mattar, tuitou pela manhã que o BNDES poderia vender até R\$ 8 bilhões.

Montezano comentou também a eleição de Marcelo Serfaty para o conselho do BNDES. Egresso do conselho do Banco do Brasil, Serfaty é um executivo conhecido pela experiência no mercado de capitais e de banco de investimento, o que pode ajudar a acelerar a venda da carteira da BNDESPar. “Ele já está familiarizado ao BNDES e temos certeza de que vai agregar muito à estratégia”, disse Montezano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/11/2019

Seção: CYNTHIA DECLOEDT E FERNANDA GUIMARÃES

Autor: Colunas

Título: » Trocas.

Coluna do Broadcast

Responsável pela operação brasileira da Gerdau, Marcos Faraco, será o próximo presidente do conselho do Instituto Aço Brasil (IABr), conforme as regras de governança da entidade. Ele assume a cadeira ocupada hoje por Sergio Leite, presidente da Usiminas. A presidência do conselho do IABr roda entre as empresas associadas a cada dois anos. Atualmente, Faraco é vice-presidente da entidade, que representa dez empresas da indústria do aço. A exceção fica com uma das maiores do País, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), do empresário Benjamin Steinbruch, que se desfilou desde o início do ano. A última vez que a Gerdau assumiu a cadeira foi com André Gerdau Johannpeter, hoje vice-presidente do conselho da Associação Mundial do Aço (WSA, na sigla e inglês). Procurado, IABr não comentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 21/11/2019**Seção:** Sonia Racy**Autor:** Colunas**Título:** Novo round?

Direto da fonte

Investidores brasileiros tentaram, no passado, abrir ação parecida com a que tramitou na Justiça americana, em 2017, indenizando detentores de ADRS (recibos de ações emitidos nos EUA) da Petrobrás. Por meio do escritório americano Pomerantz LLP, essa ação coletiva, julgada em janeiro de 2018, penalizou a estatal em... US\$ 3 bilhões. A “multa” foi quitada pela estatal. Mas os dólares que entraram na conta do escritório de advocacia ainda não foram distribuídos aos inúmeros clientes que ganharam o processo. Segundo fonte envolvida nesse imbróglio, o pagamento desse “dividendo extra”, por cada ADR, às vítimas dos malfeitos da Petrobrás na Lava Jato soma... US\$2,8 por ação.

Round 2

Para se ter uma ideia, a ADR, no Down Jones de terça, estava cotada a US\$ 14,85. Indagada, a assessoria da Petrobrás confirma o pagamento dos US\$ 3 bilhões mas desconhece o valor a ser pago, como indenização, por cada ADR comprada. Explica que essa conta é atribuição dos autores da causa judicial.

Round 3

Apostando que essa indenização, por ADR, é real, os mesmos investidores brasileiros se reorganizam para buscar uma nova fórmula de acionar a Petrobrás. Na primeira tentativa, eles perderam na Justiça e a ação foi extinta. E mais: a lei brasileira não permite que uma mesma ação seja reapresentada pelo mesmo motivo.

VEÍCULO: O Globo**Data:** 21/11/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Míriam Leitão**Título:** O esforço de fato e a promessa irreal

O melhor resultado primário em cinco anos é para se comemorar. E há mais notícia boa: o BNDES vai pagar R\$ 40 bilhões da dívida que tem junto ao governo e isso será usado para abater dívida pública. “Será 0,4% do PIB de redução de dívida”, diz um integrante da equipe econômica. O resultado,

contudo, mostra também alguns dos defeitos da maneira do Brasil de gastar. Não apenas do governo federal. Imagine, por exemplo, o Funpen, um fundo de segurança pública que dá dinheiro a fundo perdido aos estados que queiram construir presídios. Todo ano sobra dinheiro, e o Brasil tem presídios dantescos. Os governadores não querem construir, mesmo de graça, porque isso elevará os gastos correntes dos anos e décadas seguintes na manutenção do presídio.

Há dinheiro que não é usado porque o serviço não aconteceu por falha de gestão ou é investimento que o governante não quis executar. O descontingenciamento no fim do ano acaba na verdade virando corte porque o que não foi feito não tem mais tempo hábil. Na educação, uma bolsa científica não aprovada não poderá ser dada no fim do ano quando se descontingenciou. Aliás, a maior parte dos gastos na educação que foram congelados não pode ser realizado quando o ano letivo está no fim. Há o risco ainda da escolha ideológica para impedir uma ação do Estado, usando como pretexto a penúria fiscal. Isso aconteceu, por exemplo, na área ambiental. O governo prometeu conter a fiscalização. O ministro paralisou até o Fundo Amazônia que não representa sequer despesa do governo.

Na área fiscal, há notícia boa. É preciso separar os avanços dos defeitos da gestão pública que podem estar misturados neste resultado. O primeiro avanço é que o ministro Paulo Guedes, pressionado no começo do ano para aumentar a meta, ou seja, abrir mais o buraco das contas públicas, decidiu manter a mesma meta, apesar da frustração do crescimento e, por consequência, da receita. É verdade que Guedes acabou ajudando esse clima que subestima o resultado porque prometeu zerar o déficit em um ano. Assim, parece pouco tê-lo reduzido em mais de R\$ 50 bilhões. Não apenas manteve a meta, como correu atrás para diminuir o déficit. E conseguiu. O déficit não seria mesmo zerado. Era promessa vã.

Parte do resultado é derivado de receitas extraordinárias, que acontecem uma vez só. O programa do governo de privatização ficou parado, mas as estatais venderam ativos. A venda da TAG pela Petrobras, por exemplo, gerou resultados concretos. Não haverá outra TAG para vender. Por isso é chamada de receita extraordinária. É uma estratégia usada por vários governos, mas não resolve o problema estrutural. O governo também pediu antecipação de dividendos, exatamente como foi feito no governo Dilma. É receita, mas ela entraria no ano que vem e entra logo este ano. O maior problema é o empoçamento. Ele melhora o número do déficit, porém é resultado da incompetência governamental. Como explica um alto servidor público: — É dinheiro liberado para os ministérios mas que por diversos motivos eles não conseguem gastar. Isso acontece até na despesa obrigatória da saúde. Mesmo sendo obrigatório, o gasto só pode ser pago se o serviço for efetivamente

entregue. Nem todo serviço consegue ser executado no ano. O dinheiro fica empenhado, mas a despesa não é paga porque o serviço não ocorreu.

A queda do déficit prevista fará o país respirar melhor neste fim de ano. É notícia boa. Mas permanece, em quem acompanha a luta pela reorganização das contas públicas — de dentro e de fora do governo —, a dúvida sobre se será possível reduzir despesas de forma estrutural para cumprir o teto de gastos. Depois de três anos de teto, a despesa primária do governo caiu de 19,9% para 19,7%. O projeto era cortar de 3% a 4% do PIB da despesa para voltar a ter superávit primário. Na hora de reduzir despesas, contudo, é preciso ter mais sabedoria e noção de prioridade, para não escolher cortes que tenham mais efeitos colaterais negativos do que benefícios. Em 2018, o déficit ficou também abaixo do teto permitido. É preciso mais do que compressão de despesa e entrada de receitas extraordinárias para enfrentar o grave problema do déficit público. Em 2020, o Brasil estará no sétimo ano de contas primárias no vermelho.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/11/2019

Seção: Sociedade

Autor: RENATO GRANDELLE

Título: Sem ação

Governo foi alertado em março de 2018 sobre incapacidade de conter desastre de óleo

Em março do ano passado, quando o derramamento de petróleo no litoral da Região Nordeste ainda era uma realidade distante, um grupo interministerial se reuniu no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e soou o alerta: se um incidente de óleo ocorresse na costa brasileira, o governo federal não teria verbas, equipamentos ou convênios que agilizariam a resposta à crise ambiental. Os questionamentos, abertos desde então, não foram resolvidos.

O debate ocorreu na terceira reunião do comitê executivo do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC). No mesmo encontro foi aprovado o manual que nortearia como o governo federal deveria agir em caso de uma crise por derramamento de petróleo. As normas impostas no documento foram violadas pela União.

Os participantes da reunião ressaltaram que dois temas deveriam ser mais discutidos e regulamentados com portaria do MMA: o “ressarcimento” — compensação financeira necessária após incidentes — e “manchas de origem desconhecida”. O modo como lidar com

ambos os temas não foi incluído no manual do plano de contingência. E, apesar da recomendação do grupo interministerial, não foram alvo de análise posterior.

Procurado pelo GLOBO, o MMA não se manifestou sobre a falta de novos encontros.

‘EMPURRA-EMPURRA’

Sem as novas discussões e uma regulamentação do ministério, o governo precisou bancar sozinho a investigação e o combate de crises cujo responsável pelo vazamento não é conhecido — caso do desastre atual.

“Não existem quaisquer termos de cooperação, convênios e instrumentos congêneres(...) visando um rápido e eficaz acionamento a ações de resposta a acidentes de origem desconhecida ou aqueles em que o poluidor é omissor ou incapaz de responder”, acrescenta a ata.

O governo federal tampouco poderia contar com recursos de regimes estrangeiros. O país é signatário somente de um acordo ligado ao tema, a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC-69), que não dá suporte financeiro suficiente para cobrir um incidente de grande envergadura.

— Deveríamos ter um fundo soberano para administrar situações de desastre, formado por petroleiras que atuam no território nacional — sugere o deputado João Campos (PSB-PE), autor de um pedido de CPI na Câmara para investigar o derramamento de óleo no Nordeste. — Se houvesse um vazamento de autor desconhecido, a União usaria esse fundo para combater a crise ambiental. Ele seria ressarcido pela empresa poluidora, após sua identificação.

Gerente do Programa Marinho e Mata Atlântica do WWF-Brasil, Anna Carolina Lobo pondera que, se o Brasil assinasse os acordos internacionais sobre incidentes de óleo, conseguiria pagar os prejuízos ligados à tragédia ambiental sempre-cisar achar a companhia responsável pelo episódio.

Lobo lembra que, antes do governo Bolsonaro, o país direcionava um percentual ligado à receita do petróleo para ações ambientais, entre elas as voltadas para mudanças climáticas, mas que a verba foi perdida após a reformulação da política ambiental do MMA, que, entre outras mudanças, extinguiu a Secretaria da Mudança do Clima.

— Agora vemos um empurra-empurra e não sabemos que área do governo está pagando o prejuízo. O Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), responsável pela gestão da crise, tem órgãos de três ministérios diferentes —

sublinha. —Além disso, existem as despesas dos estados, da Petrobras e das ONGs, que têm fornecido equipamentos de proteção para voluntários. Se o governo se empenhasse em implementar o plano de contingência, essas ações seriam centralizadas, e não teríamos óleo em mais de 500 localidades de dez estados.

A Petrobras e a GAA, procuradas pelo GLOBO, não informaram o seu orçamento para o incidente no Nordeste. A Agência Nacional de Petróleo não se pronunciou sobre a possibilidade de um financiamento para criação de um sistema de informação sobre incidentes de poluição por óleo. O programa, segundo a ata, seria integrado ao Sistema Nacional de Emergências Ambientais, plataforma organizada pelo Ibama.

TRATADOS ‘URGENTES’

Para a advogada Ingrid Zanella, presidente da Comissão Especial para Acompanhamento da Poluição por Óleo no Nordeste, o Brasil deveria ter se programado para a crise ambiental, seja para contenção e treinamentos, seja para segurança internacional.

— Acredito que o Brasil deveria ter assinado os tratados, como grande parte dos países que importam ou exportam o óleo. Teríamos acesso agora a um fundo que traria uma segurança financeira, mesmo sem identificar o poluidor — explica. — Que esse caso sirva de alerta de que deveríamos, no mínimo, sair desse desastre com a meta de assinar imediatamente os acordos internacionais.

A reunião também não definiu qual órgão do governo seria responsável pelos recursos necessários para resposta e mitigação dos incidentes, enquanto o poluidor não fosse identificado. A princípio, disseram os participantes, o caixa deveria ser responsabilidade da União, mas essa decisão precisava ser confirmada pelo Ministério do Planejamento. A pasta, porém, não fez a avaliação.

Além das discussões interrompidas e da falta de convênios, a ata demonstra a existência de um frustrado programa de monitoramento preventivo assinado por Iba-ma e Petrobras. Ambos comprometeram-se, em fevereiro do ano passado, a fazer 80 horas de voos por mês para “detecção e qualificação de incidentes de poluição por óleo no mar e a verificação da qualidade de detecção por radar’.

Ao GLOBO, o Ibama confirmou que o programa teve início em dezembro, sem interrupção desde então. O monitoramento preventivo, porém, não detectou as manchas de óleo se aproximando do litoral brasileiro. A primeira mancha foi avistada na Paraíba, no dia 30 de agosto.

VEÍCULO: O Globo**Data: 21/11/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Witzel apoia Doria**

Esse projeto do governador Wilson Witzel criando novas alíquotas de energia e telefonia no estado do Rio ajuda a empurrar, ainda mais, segundo Eduardo Eugênio, presidente da Firjan, as indústrias para nossos estados vizinhos: — É de uma enorme gentileza com João Doria. É sempre assim. Ao invés de cortarem despesas, desempregam!

MME / ASCOM .